

**VII DISTINÇÃO OI DP “BOA PRÁTICA
EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ”**
FICHA DE CANDIDATURA



A. DADOS BÁSICOS DA EXPERIÊNCIA:

Nome da experiência: Bairros e Zonas de intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP)		
Nome da cidade/região: Lisboa		
Entidade promotora: CML – Pelouro da Habitação e do Desenvolvimento Social		
País: Portugal		
Data de início: 2010		Data de finalização: 2020
Nome da pessoa de contacto:		
Cargo da pessoa de contacto:		
Telefone de contato:		e-mail:
Tamanho da população: 141.126		
Área: 6,77 km ²		
Densidade:		
PIB per capita:		
Principal setor econômico: serviços/turismo		
Tipo de experiência:	Orçamento participativo	X
	Planificação urbana	X
	Conselhos	X
	Workshop prospectivos, diagnose, priorização, reflexão, monitorização...	X
	Audiências e foros	X
	Referendo/consulta	X
	Júris cidadãos	X
	Governo aberto, governo eletrónico	X
	iniciativas legislativas e participação	X
outros		
Âmbito territorial	Conjunto do território	Lisboa
	Distrito	
	Bairro	67 Bairros
Âmbito temático	Governança	
	Educação	
	Transporte	
	Gestão urbana	
	Saúde	
	Seguridade	
	Meio ambiente e/ou agricultura urbana	
	Novos movimentos sociais e associativismo	
	Cultura	
	Habitação	
	Criação de trabalho	
	Descentralização	
Desenvolvimento local		
formação/capacitação		

	Economia e/ou finanças	
	Normativa legal	
	Inclusão social	
	Todos	X
	Outros	

B. FUNCIONAMENTO

DESCRIÇÃO DO CONTEXTO ONDE SE DESENVOLVEU A EXPERIÊNCIA

(económico, técnico, sócio-político, organizativo...)

Como surgiu a experiência?

Máx. 1800 caracteres/300 palavras

O conceito e a metodologia dos Bairros de Intervenção Prioritária (BIP) inspirou-se na Resolução do Conselho de Ministros 143/2005, de 7 de Setembro, que aprovou a Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, consideradas decisivas na política de cidades.

Este novo conceito surge no seguimento de uma medida do Programa Local de Habitação de Lisboa (PLH), tendo assumido contudo a designação de “Bairro de Intervenção Prioritária”

Com base num levantamento e na selecção de variáveis e indicadores estatísticos georreferenciáveis, nas dimensões Urbana, Social e Ambiental, foram construídos índices compostos, que, aplicados aos diferentes territórios, conduziram ao mapeamento da Fractura Socio-territorial da cidade, e subsequentemente à Carta dos BIP/ZIP.

A Fractura Socio-territorial, é um fenómeno que o Município deve combater num quadro de políticas de proximidade, articuladas com as Juntas de Freguesia e a iniciativa local, viabilizando respostas a situações de emergência social e urbanística.

Esta carta foi submetida a consulta pública e debatida em workshops com especialistas externos e técnicos camarários, autarcas e associações locais. Deste processo, resultou a construção de diagnóstico das principais carências dos bairros e respectivas tipologias (Histórico, Municipal, AUGI e Outro/Misto) e a versão final da Carta dos BIP/ZIP, com a identificação e delimitação de 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), com uma população estimada de 141.126 residentes em 2010.

Para os territórios da Carta dos BIP/ZIP foi elaborado um Programa Parcerias Locais, aprovado em Assembleia Municipal, com objectivo de fomentar a participação comunitária, a auto-organização e potenciar o empreendedorismo e a iniciativa local, através de pequenas intervenções propostas e executadas pelos candidatos. Em todo o processo, a Câmara estimula a participação, mobilizando os moradores, promovendo reuniões e grupos de trabalho, incentivando a formação de parcerias e apoiando tecnicamente os projectos.

OBJETIVOS

(explicar o/s objetivo/s que persegue a experiência)

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras

Através do Programa BIP/ZIP pretende-se promover a iniciativa local, fomentando a cidadania activa, a capacidade de auto-organização, a procura colectiva de soluções, Emprego, competências e empreendedorismo, sentido de pertença e corresponsabilidade com o património comum,

prevenção de comportamentos de risco, melhoria dos cuidados de saúde, mobilidade e acessibilidade, reabilitação do espaço público, de lazer e fruição, intervenções no tecido edificado e/ou a regularização de questões urbanísticas e patrimoniais, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida, contribuindo assim, para uma imagem positiva destes espaços, de forma a permitir e reforçar a sua integração harmoniosa na cidade, que possa seduzir e contaminar os diversos actores da Cidade na promoção conjunta da coesão sócio-territorial.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Máx. 3200 caracteres/600 palavras

Para o desenvolvimento deste Programa, em 2010, foi constituído um grupo multidisciplinar para cartografar todas as delimitações municipais com o maior deficit a nível social, económico e urbanístico.

Posteriormente procedeu-se à selecção de variáveis e indicadores estatísticos georeferenciáveis, tendo presente as dimensões socioeconómicas, urbanísticas e ambiental. Paralelamente foram tidas em conta, com base em dados de 2009, às Prestações Sociais ao nível de freguesia, e os dados da Policia da Segurança Pública (PSP) com a identificação de zonas urbanas sensíveis.

Foi construído o Índice da Fractura Sócio-territorial de Lisboa, que deu origem ao primeiro conjunto de delimitações BIP/ZIP que, com as contribuições da Consulta Pública, resultou na Carta BIP/ZIP.

Dos debates transversais sobre a carta resultou a necessidade de encontrar formas de actuação expeditas e participadas de âmbito local para a melhoria da qualidade de vida dos bairros. Assim foi concebido o Programa BIP/ZIP – Parcerias Locais.

Este Programa foi apresentado através de Workshop de divulgação e capacitação às entidades que trabalham ou venham a trabalhar nos territórios BIP/ZIP com o objectivo de promover as parcerias locais e a apresentação e execução de projectos com financiamento municipal.

O Programa BIP/ZIP na edição de 2011 seleccionou, através de um júri independente, 33 projectos, contando com o envolvimento de 84 entidades, permitindo a execução de 205 actividades que abrangeram 84 mil moradores. Foram seleccionados projectos muito diversificados, tais como: uma lavandaria social, uma casa comunitária, arranjos em fachadas e espaços exteriores, eco-design, portal de devolutos do bairro, serviços comunitários móveis e promoção da imagem e auto-estima dos bairros.

A segunda edição, em 2012, foram financiados 28 projectos, entre 106 candidaturas, apresentadas exclusivamente online, onde as entidades tiveram de se registar previamente. Estes 28 projectos marcam presença em 36 bairros (BIP/ZIP) de 24 freguesias da cidade, promovendo um total de 185 actividades que abrangem de forma directa mais de 70 mil habitantes, e contam com o envolvimento de 97 entidades (90 ONG e 7 Juntas de Freguesia).

Será então de salientar, que as duas edições do Programa contaram com mais de 180 candidaturas, num total de apoio solicitado superior a seis milhões e meio de euros. Tendo sido seleccionados mais de 60 projectos, resultantes de parcerias entre aproximadamente 150 entidades locais, num total de financiamento superior a dois milhões de euros, promovendo cerca de 400 actividades nos territórios BIP/ZIP. Ao longo destas das duas edições, os projectos seleccionados desenvolveram-se em 48 territórios BIP/ZIP, abrangendo mais de 100 mil habitantes da cidade Lisboa.

Actualmente esta em curso de aprovação dos projectos para terceira edição. Uma das preocupações da edição de 2013, será proporcionar uma maior equidade territorial do Programa na distribuição dos projectos pelos BIP/ZIP, nomeadamente nos que ainda não foram beneficiados pelas edições anteriores.

Para além dos Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP) foram constituídas Comissões Executivas por freguesias, envolvendo cada uma delas, para garantir o devido acompanhamento permanente do processo de Intervenção.

LIDERANÇA DA INICIATIVA E CORRESPONSABILIDADE DOS DIFERENTES ATORES.

(Quem impulsiona o processo. Quais são as tarefas, funções e responsabilidades de cada ator envolvido no processo)

Programa Local de Habitação (PLH) é provido pelo Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Social da CML. Dos objectivos da proposta estratégicos do PLH, aprovados em 2009, imana um subprograma de acção intitulado “Regeneração e Requalificação de Bairros de Intervenção Prioritária”.

A concretização do Programa BIP/ZIP, aprovado pela deliberação 715/CM/2010, de 22 de Dezembro, exige um acompanhamento adequado e constante por parte da Direcção Municipal de Habitação.

Para tal foi criado um Grupo de Trabalho dos BIP-ZIP com a seguinte missão e competências:

Missão - Desenvolver e monitorizar programas de melhoria das condições de vida e de habitabilidade em bairros e zonas de intervenção prioritária, em articulação com as Unidades de Intervenção Territorial e Juntas de Freguesia.

Competências: a coordenação e execução anual do Programa BIP-ZIP; a monitorização da Carta e actualização dos indicadores que a suportam; a monitorização e articulação, nos territórios BIP/ZIP, das diversas estratégias, programas, planos, projectos e acções municipais, desenvolvidas ou a desenvolver pelos diferentes pelouros municipais,

A inovação deste Programa consiste em atribuir às parcerias locais (instituições sem fins lucrativos e Juntas de Freguesia) a concepção, execução e avaliação dos projectos financiados com verbas do Programa BIP/ZIP.

TRANSVERSALIDADE E COORDENAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES OU COM OUTROS DEPARTAMENTOS DO MESMO GOVERNO MUNICIPAL.

Máx. 1000 caracteres/200 palavras

O GT BIP/ZIP faz a monitorização e articulação, nos territórios BIP/ZIP, das diversas estratégias, programas, planos, projectos e acções municipais, desenvolvidas ou a desenvolver pelos diferentes pelouros municipais, serviços e empresas

Cabe ao Grupo de Trabalho promover: a articulação do trabalho dos Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), grupo de suporte local, que têm como missão dinamizar processos de requalificação e regeneração dos BIP/ZIP, através de processos de co-gestão territorial, a circulação e partilha de informação entre os diferentes actores, cumprindo toda uma Estratégia de Intervenção Prioritária para Lisboa, focada numa matriz descentralizada, participativa e apoiada na estrutura local .

A participação no Programa BIP/ZIP, implica uma pré inscrição das entidades interessadas , permitindo a criação de uma rede de entidades BIP/ZIP, e uma articulação com outras redes existentes nos diversos territórios de intervenção.

Nas edições anteriores do Programa BIP/ZIP foi possível criar o embrião para uma rede de pontos de contacto com alguns serviços municipais, no acompanhamento na execução dos projectos;

Em 2013, e segundo as Regras do Programa, pretende-se que as Candidaturas submetidas sejam disponibilizadas aos diversos Serviços Municipais, para acompanhamento no processo de candidatura e de execução dos projectos.

C. METODOLOGIA

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO IMPLEMENTADOS NAS DIFERENTES FASES DO PROCESSO:

Máx. 1000 caracteres/200 palavras

O Programa tem um ciclo anual, constituído por 7 fases (Preparação-Divulgação e capacitação-Apresentação de Candidaturas-Apreciação das Candidaturas-Publicação dos resultados-Início formal da Execução-Acompanhamento à Execução-Avaliação).

O Programa rege-se por um conjunto de regras onde estão clarificados os objetivos do mesmo, as ações elegíveis, as entidades beneficiárias, os montantes e o processo de financiamento, as despesas elegíveis; a formalização das candidaturas; os critérios de avaliação das candidaturas; o processo de decisão; as condições de sustentabilidade e reprecursão dos projetos; os prazos de execução; o acompanhamento e monitorização dos projetos; as possíveis alterações no âmbito da execução; a publicitação, os casos omissos e a revisão anual das regras na sequência da experiência de cada edição do Programa.

O Programa BIP/ZIP Lisboa, visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos locais que contribuam para o reforço da coesão socio-territorial no município.

O Programa destina-se exclusivamente a apoiar atividades e projetos a desenvolver nos BIP/ZIP inscritos na Carta dos BIP/ZIP de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal através da Deliberação 15/AML/2011 de 01 de Março e que pode ser consultada em:

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf/>

D. RECURSOS ECONÔMICOS

ORÇAMENTO

Quantia global e percentagem sobre o total do orçamento da iniciativa/instituição:

Do Orçamento Municipal que anualmente ronda os 800 milhões de euros, nos últimos anos tem sido aprovado para o Programa BIP/ZIP uma dotação de um milhão de euros.

Nas duas primeiras edições foi transferido para as instituições um montante de 2.246.846,48€, para financiar 61 projectos em 48 territórios distintos num total de 390 actividades.

Para 2013 esta previsto em Orçamento um montante de um milhão e quinhentos mil euros. Além da verba de financiamento municipal cada projecto apresenta outras fontes de financiamento, triplicando o valor dos projectos apresentados. Assim, nos dois anos de execução do Programa BIP/ZIP já foram executados projectos num montante global de aproximadamente seis milhões e setecentos e cinquenta mil euros

ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

Procedência dos fundos (próprios, subsídios, contribuições...). Listagem de colaboradores especificando se são públicos ou privados.

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras

O Programa BIP/ZIP conta com um grupo de trabalho de funcionários do município constituído por um coordenador, seis técnicos superiores, em tempo inteiro, com formação preferencial nas seguintes áreas: Urbanismo, planeamento estratégico, engenharia, arquitectura e sistemas de informação geográfica; Sociologia, antropologia, relações públicas e animação sociocultural; Economia e gestão, finanças públicas. Secretariado: um técnico administrativo e um auxiliar.

Além dos funcionários municipais o Programa conta com a colaboração de consultores externos na área da Informática (um elemento), Orçamento Participativo (elemento9, Design e Divulgação (dois elementos).

Desde de 2012 o Município de Lisboa é parceira no Programa URBACT II, no Projecto User com o Programa BIP/ZIP, usufruindo do financiamento deste Programa Europeu.

E. DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DEVOLUÇÃO AOS PARTICIPANTES

DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO DIFUNDIRA AO LONGO DO PROCESSO

Tipo de informação que foi difundida.

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras

O Grupo de Trabalho começou por divulgar a Carta BIP/ZIP, com as delimitações territoriais identificadas como prioritárias, instrumento fundamental, para a criação do Programa BIP/ZIP.

Encetou-se um processo de consulta pública, divulgado através da rede municipal de “mupi’s”, tendo como critério de divulgação a localização nas proximidades dos bairros identificados na Carta. Foi elaborado um questionário, que visava medir a concordância ou discordância relativa à Carta dos BIP/ZIP, identificar os seus principais problemas e alterações. Este questionário foi divulgado online, mail e em suporte de papel, através de folhetos próprios.

O inquérito por email, com links para consulta de documentos, foi enviado a cerca de 1700 organizações civis; foi feita a distribuição de 5.000 folhetos, com informação de base sobre a Carta dos BIP/ZIP e destacável com o inquérito. Foi fornecido Kit da consulta pública contendo o relatório “Metodologia de Identificação e Construção da Carta.

As edições do Programa BIP/ZIP foram divulgadas on-line, mail e workshop’s dando informação relativa ao Ciclo e Regras, formulário de candidaturas e respectivo guião e as FAQ’s. Todas as candidaturas e relatórios de execução são públicos e estão disponíveis na Plataforma on-line. O processo institucional do Programa é divulgado em Boletim Municipal.

DEVOLUÇÃO AOS PARTICIPANTES

A quem tem ido dirigida a informação (general, individual, setorial), em que fase/s do processo, obrigatoriedade, meios/canais utilizados.

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras.

A informação de divulgação e capacitação é dirigida às instituições, Juntas de freguesia, serviços municipais e população em geral.

A informação obrigatória recolhida através das candidaturas e relatórios intercalares e finais mantêm-se on-line, servindo para uma actualização do diagnóstico do território e tomada de conhecimento dos projectos em execução.

Durante a execução é feito um acompanhamento com visitas ao terreno por técnicos dos vários serviços municipais afectos a cada projecto.

Promovem-se workshop de avaliação intercalar para que todas as instituições possam divulgar e

tomar conhecimento dos vários projectos em curso.

São também promovidas reuniões e workshops com os vários serviços municipais para divulgação e acompanhamento dos projectos.

F. RESULTADOS

NUMERO TOTAL DE PARTICIPANTES NO PROCESSO E PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL DO PUBLICO-ALVO. PERFIL DOS PARTICIPANTES.

Máx. 500 caracteres/100 palavras

O Programa BIP/ZIP é dirigido ao 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, com uma população estimada de 141.126 residentes em 2010. Nas edições de 2011 e 2012, os 61 projectos aprovados foram dirigidos a 48 BIP/ZIP com uma população residente estimada em 108.534 habitantes.

Os projectos do Programa são dirigidos à comunidade local, sobretudo crianças, jovens e idosos.

Nestes dois anos concorreram ao Programa 147 entidades locais distintas, estando actualmente, no início do Programa de 2013, inscritas na plataforma do Programa, um total de 500 entidades.

FOI PRODUZIDA DOCUMENTAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS? , DE QUÉ TIPO? , É A DOCUMENTAÇÃO ACCESIVEL? , FOI DEVOLVIDA PARA A CIDADANIA?

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras

Nas edições do Programa de 2011 e 2012 foram produzidos relatórios intercalares e finais dos projectos em execução elaborado pelas promotoras e parceiras e, um relatório de cada edição do Programa e elaborado pelo GT BIP/ZIP. Estes relatórios encontram-se disponíveis on-line <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=2710001>.

Foi recolhida informação audiovisual das diversas fases de execução dos projectos, divulgada no site da CML e esta ser preparada uma exposição para Julho 2013 de divulgação do conceito e sinergia BIP/ZIP para disseminação das boas práticas do Programa

IMPACTOS NA POLITICA PÚBLICA. POR FAVOR, INDIQUE SE LOGO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TIVERAM LUGAR CAMBIOS NA LEGISLAÇÃO, NAS ATUAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (PLANES,

PROJETOS ETC.), NO ORÇAMENTO E/OU NA GESTÃO MUNICIPAL.

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras

A Carta BIP/ZIP passou a ser um Instrumento de Política Pública de Habitação de Lisboa e foi incluída na revisão do Plano Director Municipal de Lisboa.

A carta uma referência política no desenvolvimento de Planos de intervenção na cidade concretamente nesses territórios, fazendo parte da Estratégia de Reabilitação de Lisboa.

Os projectos BIP/ZIP provocaram uma nova forma de intervir por parte das Juntas de Freguesia nos seus territórios.

Nos territórios BIP/ZIP, pelo facto de serem prioritários, foram estipuladas reduções e bonificações nas Taxas Municipais, desde a ocupação do espaço público ao empreendedorismo local.

A gestão municipal do território passou a ser acompanhada através das Unidades de Intervenção Territorial, com competências próprias e fazendo a ligação aos serviços centrais, criando uma gestão urbanística de proximidade.

Nos territórios BIP/ZIP estão a ser constituídos os Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), constituídos por membros dos serviços municipais, membros das freguesias e instituições da sociedade civil.

Nestes territórios está a ser incrementado o relacionamento entre várias redes de intervenção (Rede Social, Comissões Sociais de freguesia e Grupos Comunitários)

IMPACTOS NOS ATORES. EFEITOS CULTURAIS NOS PARTICIPANTES E TAMBÉM NO GOVERNO MUNICIPAL (TÉCNICOS, POLÍTICOS...)

Máx. 500 caracteres/100 palavras

Com a edição de dois Programas denota-se já uma mudança de paradigma na actuação dos Serviços Municipais.

O Programa criou uma relação de confiança entre a CML, as instituições e a população, fomentando a co-responsabilidade nas iniciativas e na continuidade das mesmas .

Verifica-se já uma nova dinâmica na resolução dos problemas locais, através da participação da população, dando origem a um sentimento de pertença ao bairro e á cidade.

IMPACTOS EXTERNOS. APLICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NOUTRA CIDADE, POR OUTRA ORGANIZAÇÃO, TRANSFERIBILIDADE.

máx. 500 caracteres/100 palavras

Ligação à Rede Europeia de Cidade, através da implementação do Projecto User/Programa URBACT II, estruturado na iniciativa local/projecto locais do Programa BIP/ZIP – Horizonte e Cooperativas João Nascimento Costa e Carlos Botelho.

Ligação à rede europeia através da implementação do Projecto User/Programa URBACT II, estruturado na iniciativa local/projecto locais do Programa BIP/ZIP – Horizonte e Cooperativas João Nascimento Costa e Carlos Botelho.

Partilha da experiencia de implantação local com as cidades europeias do Projecto USER : Grenoble, Pescara, Copenhaga, Málaga, Lublin, Cracóvia, Riga, Dresden, visando a construção de modelos de actuação local área da reabilitação e requalificação participativa do tecido urbano

G. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO.

DESCRIBA BREVEMENTE QUÉ TIPOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FOI PREVISTA (INTERNA/EXTERNA), ENTIDADE QUE IRÁ A REALIZAR A AVALIAÇÃO E PARÁMETROS QUE IRAO A SER MEDIDOS.

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras.

Além do acompanhamento continuo já referido, através de relatórios workshops e visitas ao terreno, sublinha-se a monitorização de casos de estudo eldorado por uma entidade externa especializada neste tipo de intervenções.

Tendo em conta as várias temáticas e os destinatários do Programa, são escolhidos 6 projectos, que são monitorizados, procurando avaliar, a implantação dos objectivos do Programa e a possibilidade de disseminação deste tipo de intervenção noutros territórios.

INDIQUE SE A CIDADANIA PARTICIPA NA AVALIAÇÃO E/OU SE EXISTE UMA DEVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras.

Cada projecto submetido ao programa é avaliado pelos seus destinatários através dos relatórios e das redes locais.

O Programa promove de avaliação com os actores locais e informa os decisores políticos sobre o impacto da sua execução no tecido urbano e social da cidade.

As Sessões de Câmara Descentralizadas e as várias Comissões da Assembleia auscultado o parecer dos munícipes de forma individual e colectiva sobre as boas práticas e a capacidade de resolução num curto espaço de tempo de problemas antigos conseguida pelos actores locais, através do Programa

UMA VEZ QUE TERMINOU A AVALIAÇÃO, O GOVERNO MUNICIPAL PREVIU O SEGUIMENTO/MONITORIZAÇÃO DE PROCESSO POR PARTE DA CIDADANIA?

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras

A avaliação da continuidade dos projectos no terreno está salvaguardada na sustentabilidade e repercussão exigida nas regras do Programa consoante o montante do financiamento. Assim, projectos financiado até vinte cinco mil euros, terão que ter uma sustentabilidade e repercussão durante mais ano além do ano de execução e os projectos financiados até cinquenta mil euros deverão ter continuidade até dois anos após o termo de execução.

Esta sustentabilidade e repercussão monitorizada através de relatórios e visitas ao terreno durante o tempo de execução e sustentabilidade da mesma.

H. RESUMO E CONCLUSOES

ELEMENTOS A DESTACAR DA EXPERIÊNCIA.

Máx. 1000 caracteres/ 200 palavras

Mudança de paradigma na gestão do território transformando-a numa co-gestão territorial.

Melhoria na capacitação local quer na identificação dos problemas como a sua resolução.

Reforço das parcerias e redes de intervenção local.

DESAFIOS PARA ALCANÇAR.

Máx. 500 caracteres/ 100 palavras

Diminuição dos Bairros de Intervenção Prioritária, por resolução dos seus problemas e aproximação dos índices de qualidade de vida social e urbana do resto da cidade.

Contribuir para autonomia da iniciativa local.

Elaboração e implantação de uma estratégia BIP/ZIP, a incluir na Estratégia europeia 2020.

RAZÕES PELAS QUAIS A EXPERIÊNCIA É CONSIDERADA INNOVADORA.

Máx. 500 caracteres/ 100 palavras

Pelo descrito nos vários itens da candidatura achamos que o Programa BIP/ZIP é inovador na sua concepção , na apresentação de candidaturas, no processo de execução, na autoavaliação e sustentabilidade, contribuindo para uma nova gestão sócio-territorial das cidades: a co-gestão local.